

# **Contributo nativista para a emancipação nacional de Cabo Verde entre finais do século XIX e meados do século XX: Alcance e limites**

**José Marques Guimarães**  
CEPESE - [jom.guim@hotmail.com](mailto:jom.guim@hotmail.com)

## **Resumo**

Difundido a partir do Brasil, o nativismo desempenhou um papel fundamental na luta de resistência dos cabo-verdianos contra a opressão colonial portuguesa desde o início do século XIX.

Esgotada a sua fase separatista pró-brasileira, ganharia novo alento na viragem do século XIX para o século XX, ganhando cada vez mais adeptos entre os intelectuais republicanos, a cuja luta pelos direitos dos autóctones daria novo folego.

Alargando a sua influência no clima de liberdade que acompanhou a implantação e os primeiros tempos da República, os seus adeptos rapidamente conheceram o sabor amargo da

desilusão, perante o endurecimento repressivo da política colonial republicana à medida que o regime se aproximava do fim, tendência que se acentuaria irreversivelmente após implantação da ditadura saída do golpe de estado de 28 de maio de 1926.

Conscientes da irreversibilidade da evolução, devido ao isolamento do seu combate por todos aqueles que tinham o dever político de o apoiar, os intelectuais nativistas passariam a refrear a sua intervenção, circunscrevendo-a progressivamente à defesa da identidade cabo-verdiana, sobretudo da sua língua, o crioulo, legado que passariam às gerações que lhes sucederam.

**Palavras-chave:** Cabo Verde, nativismo, autodeterminação, independência.

# **Nativist contribution to Cape Verde's national emancipation between the late nineteenth and mid-twentieth centuries: potentials and limits**

## **Abstract**

Disseminated from Brazil, nativism played a fundamental role in the Cape Verdean resistance struggle against Portuguese colonial oppression since the beginning of the 19th century.

Exhausted its pro-Brazilian separatist phase, it would gain new momentum in the turn of the

nineteenth century for the twentieth century, gaining more and more adepts among the republican intellectuals, whose struggle for the rights of the autochthonous would give new breath.

Extending its influence in the climate of freedom that accompanied the implantation and

the early times of the Republic, its adherents quickly knew the bitter taste of disillusionment, faced with the repressive hardening of republican colonial politics as the regime drew to a close, a trend that would become irreversibly accentuated after the dictatorship of the coup d'état of May 28, 1926. Conscious of the irreversibility of evolution,

because of the isolation of their struggle by all those who had the political duty to support it, the nativist intellectuals would restrain their intervention, progressively circumscribing it to the defense of the Cape Verdean identity, especially of their language, the Creole, a legacy that would pass to the successive generations.

**Keywords:** Cape Verde, nativism, self-determination, independency.

## INTRODUÇÃO: A DIFUSÃO DO NATIVISMO EM CABO VERDE

Difundido em Cabo Verde através do impacto da luta pela independência do Brasil no arquipélago desde o início do século XIX (Guimarães, 2002, pp. 57-65), o que possibilitaria a inclusão, ainda que efémera, do inconfidente mineiro deportado, José Resende Costa, nas listas de candidatos da colônia às eleições para o Congresso Constituinte resultante da Revolução Liberal de 1820 (Guimarães, 2002, p. 64), o nativismo começaria por traduzir-se na emergência e no desenvolvimento de movimentos separatistas defensores da rotura com Portugal e da união das ilhas ao Brasil, no sentido da constituição de uma União Brasileira com o novo império sul-americano (Guimarães, 2002, pp. 57-76).

A atração pelo Brasil, em detrimento de Portugal, para além da resistência à opressão colonial, decorria dos múltiplos laços que ligavam as elites autóctones da (s) colónia(s) ao comércio, sobretudo ao tráfico de escravos africanos para o continente americano, negócio que durante séculos prosperaria com a satisfação das necessidades de mão de obra dos engenhos de açúcar e de outras áreas de exploração de recursos da colónia sul-americana, que até às primeiras décadas do século XIX dominaria o comércio transatlântico português (Guimarães, 2002, pp. 54-56, 58; Rodrigues, 1964, pp. 144-145).

Por sua vez, o extraordinário sucesso da exploração das riquezas naturais do Brasil vincularia, de forma cada vez mais exclusiva, os seus beneficiários locais ao seu território, levando-os a identificar-se com ele e a esquecer progressivamente as suas raízes portuguesas (Araripe Júnior, 1894, pp. 29-30; Guimarães, 2002, pp. 41-42; Rodrigues, 1965, p. 50), ao longo de um processo plurissecular de oposição crescente dos seus interesses brasileiros aos interesses portugueses metropolitanos (Guimarães, 2002,

pp. 41-43). Neste contexto, para além da resistência dos ameríndios e dos escravos negros foragidos à conquista e à opressão portuguesa, através de diversas rebeliões, como a da Confederação dos Tamóios no século XVI e a do Quilombo de Palmares no século XVII (Guimarães, 2002, pp. 6-7; Guimarães, 2016, p. 151), o sentimento nativista brasileiro antiportuguês manifestar-se-ia de forma crescente desde as guerras contra os holandeses (1645-1654) e continuaria a fazer-se sentir mesmo depois da rotura definitiva com Portugal em 1822, sobretudo com o advento da consciência nacional brasileira decorrente da sua maturação política, a partir de finais do século XVIII, como o demonstrariam as diversas conspirações e insurreições contra o poder colonial que então tiveram lugar: A Inconfidência Mineira de 1789, a Conjuração Baiana de 1798 e a Revolução Pernambucana de 1817, que cinco anos antes da sua concretização anunciaria a conquista da independência (Guimarães, 2002, pp. 1-45). Sentimento de aversão aos estrangeiros, dirigido pelos brasileiros sobretudo contra os portugueses, cuja perenidade acabaria por refletir-se nas definições de nativismo constantes da maioria dos dicionários de língua portuguesa (Ferreira, 1986, p. 1182, Figueiredo, 1949, p. 459; Guimarães, 2002, pp. 1-2; Machado, 1981, pp. 530-531; Moreno, 1954, p. 916; Silva, 1954, pp. 187-188).

Apesar do impacto que a rotura definitiva do Brasil com Portugal teve na mobilização das aspirações nativistas das elites cabo-verdianas, despoletando diversos movimentos separatistas (Guimarães, 2002, pp. 64-76), a união do arquipélago ao novo estado sul-americano não pôde concretizar-se, não só em virtude da fragilidade social e política dos seus protagonistas espartilhados e isolados em ilhas de fracos recursos próprios, que estes não estavam em condições de suprir apoiando-se nas sublevações de escravos ou rendeiros então ocorridas que inevitavelmente ameaçariam o seu estatuto social hegemónico, mas sobretudo devido à expulsão do Brasil de África em consequência da ação política e diplomática de Portugal sob tutela e orientação britânica. Na verdade, ambas as potências europeias tinham consciência de que a defesa dos seus interesses através da concretização das suas ambições coloniais era incompatível com a manutenção da forte influência brasileira na costa africana associada à sua posição comercial transatlântica hegemónica, pelo que, no tratado de reconhecimento da independência do novo império sul-americano, de 1825, portugueses e britânicos impuseram a consagração da proibição do estado brasileiro aceitar a união a si de qualquer colónia portuguesa, ao mesmo tempo que Portugal determinaria o encerramento da rede de consulados brasileiros nos territórios coloniais sob o seu domínio, que só reabririam em finais do século XIX, depois de terem sido fixadas

as esferas de influência das diversas potências coloniais em África, após a Conferência de Berlim de 1884-1885 (Rodrigues, 1964, p. 207-208). O que, juntamente com a implacável vigilância da marinha britânica às rotas do Atlântico sob o pretexto do combate ao tráfico de escravos, faria ruir a longa teia de sustentação dos interesses do Brasil em África após a sua independência (Guimarães, 2002, p. 40, Rodrigues, 1964, pp. 143-181) e, por conseguinte, privaria Cabo-Verde e as restantes possessões africanas de Portugal dos suportes políticos, militares e económicos indispensáveis ao êxito de qualquer movimento separatista/independentista antiportuguês.

Nestas circunstâncias, só na última década do século XIX, depois de goradas diversas tentativas separatistas pró-brasileiras ocorridas durante a sua primeira metade, é que o nativismo cabo-verdiano adquiriria fôlego e maturidade suficientes para desenvolver uma resistência séria ao reforço da dominação colonial portuguesa que então se fazia sentir, quando Portugal se veria compelido a assegurar o domínio real dos territórios africanos cuja posse reivindicava em função das suas necessidades de expansão, ambição fortemente refreada pela imposição do princípio da ocupação territorial efetiva, que viria a ser adotado sob proposta das grandes potências imperialistas europeias pela já referida Conferência de Berlim (Guimarães, 2012, pp.18-20, 348, 355).

Tanto mais que a rebelião dos povos de Cuba e das Filipinas contra o domínio colonial espanhol (que depressa resvalaria para uma guerra entre a Espanha e os Estados Unidos em disputa daqueles territórios), a par da guerra de resistência bóer contra a conquista da África do Sul pela Grã-Bretanha, na viragem do século XIX para o século XX, e, por último, o extraordinário impacto da vitória inédita de uma potência asiática (Japão) sobre uma potência europeia (Império Russo), na guerra russo-japonesa de 1904 – 1905 – cuja exaltação poética valeria ao jornalista nativista José Lopes uma condecoração atribuída pelo imperador Hirohito e o agradecimento oficial do embaixador japonês no Brasil (Guimarães, 2012, pp. 350-353; Lopes, 1928, pp. 103-104) – incentivariam fortemente o combate nativista de resistência dos cabo-verdianos à recrudescência da opressão colonial portuguesa, despoletando sentimentos autonomistas e independentistas no arquipélago, bem patentes na tentativa da criação do jornal, *O Autonomista*, por iniciativa do jornalista nativista Luís Loff de Vasconcelos, apesar dos condicionalismos económicos e geográficos que condicionavam a sua viabilização (Guimarães, 2012, pp. 355-357, 405-406; Tavares, 1900b, p. 4).

Porém, apesar da sua progressiva radicalização, a resistência dos naturais do arquipélago à opressão colonial não anularia a teia de ligações que unia os intelectuais

nativistas cabo-verdianos aos valores portugueses em que tinham sido educados, fazendo transparecer o peso excessivo do Seminário-liceu de São Nicolau na sua formação, num contexto marcado pela ausência de uma rede escolar, apesar de prevista desde a reforma de José Falcão de 1845 (Guimarães, 2006, pp. 20-21, 113; Guimarães, 2012, pp. 346-347, 360-361). Legado que o isolamento dos intelectuais nativistas por parte das forças políticas intervenientes no espaço português que se apresentavam como protagonistas da luta contra a opressão e a exploração (pan-africanismo e correntes do movimento operário) não permitiria superar – nem no arquipélago nem em qualquer outra colónia portuguesa – o que acabaria por cercear o alcance do combate nativista pela emancipação de Cabo Verde.

Ao longo deste artigo, procuraremos identificar e avaliar o papel dos obstáculos políticos que impediram a resistência nativista à dominação portuguesa de gerar um movimento anticolonial capaz de conduzir, com sucesso, a luta dos cabo-verdianos pela autodeterminação e a independência do arquipélago, entre finais do século XIX e meados do século XX, para o que nos estribaremos na análise da imprensa que veiculou a sua intervenção em articulação com a sua contextualização histórica.

### **O NATIVISMO A PARTIR DE FINAIS DO SÉCULO XIX: A LUTA PELA AUTONOMIA E A INDEPENDÊNCIA E O CONTRAPESO DOS VALORES PORTUGUESES**

Em 1914, na sua evocação da data simbólica do 1º de maio, Pedro Monteiro Cardoso, sob o pseudónimo de Afro – que desde a juventude adotaria, afirmando a sua identificação com África e os seus habitantes maioritariamente negros contra as preocupações de branqueamento (associadas à ascensão socioeconómica) de grande parte dos seus conterrâneos da ilha do Fogo, (Margarido, 1983, pp. XXII-XXIII; Guimarães, 2012, p. 453) – escreveria no jornal nativista republicano, *A Voz de Cabo Verde*, que o dia 1.º de Maio era duplamente memorável para quem aquelas linhas redigia, uma vez que, na sua qualidade de socialista unia o seu protesto contra a iníqua exploração do homem pelo homem ao dos seus companheiros de todo o mundo, na convicção inabalável de que haveria de nascer aquele dia em que os que tinham fome e sede de justiça seriam saciados; em que todos os frutos da terra e do trabalho seriam irmã e pacificamente repartidos, ao mesmo tempo que não hesitaria em afirmar que, enquanto “português-cabo-verdiano, ou vice-versa, acorro a tomar parte nos festejos

comemorativos do facto notável – o descobrimento do arquipélago” (Afro, 1914b, p. 3).

Ambiguidade política e identitária que a evocação, pelo autor, de duas efemérides contraditórias na mesma data, contribuiria para evidenciar.

Com efeito, apesar da invocação das suas convicções socialistas – sobejamente demonstradas desde que recordara ao grande proprietário fundiário João de Deus Tavares Homem, nas páginas da *Voz de Cabo Verde*, que o oferecimento de terras aos pobres como ele não passava de uma justa restituição, à qual todos os proprietários seriam obrigados num futuro próximo (Afro, 1911, p. 1; Guimarães, 2012, pp. 459-460) – que o levavam a comemorar o dia internacional do trabalhador, Pedro Monteiro Cardoso não deixaria de se assumir como português-cabo-verdiano, celebrando, na mesma data, a chegada dos primeiros navegadores portugueses a Cabo Verde, acontecimento que abriria as portas à dominação colonial de Portugal sobre o arquipélago. De resto, esta ambiguidade já viera a transparecer na dedicatória do poema “Unidos avante” à Associação Operária 1.º de Dezembro, cujo nome evoca uma data essencialmente portuguesa em que se comemora a restauração da independência de Portugal, depois de sessenta anos de domínio espanhol, ao mesmo tempo que nele exaltaria poeticamente Marx para reafirmar a sua adesão ao socialismo como objetivo da luta unida e exclusiva dos trabalhadores para pôr termo à exploração de que eram vítimas (Afro, 1914a, p. 3; Guimarães, 2012, pp. 438-440, 460-461). Socialista militante, seria fortemente influenciado pelo pan-africanismo, como faria transparecer desde os 16 anos num soneto dedicado ao Egito, estribando-se na evocação do seu glorioso passado para o exortar a sacudir o jugo anglo-otomano e a proclamar soberanamente a sua independência perante as nações (Afro, 1922, p. 3; Margarido, 1983, pp. XXXII-XXXIV). Deste modo, Pedro Monteiro Cardoso manifestaria a sua oposição a qualquer tipo de dominação colonial, com o que introduziria este tema na poesia de língua portuguesa de forma pioneira, ao mesmo tempo que, nos Estados Unidos, os afro-americanos descobririam e reivindicariam a carga mítica de África, enquanto reelaboravam a história dos grupos africanos exilados na América, em relação com o continente africano, recuperação que seria protagonizada pelo pan-africanismo (Baldwin, 1965, pp. 250-251; Du Bois, 1999, pp. 49-313; Guimarães, 2012, pp. 233-234, 454-455; Margarido, 1983, pp. XXXIII-XXXV). Entretanto, em Cabo Verde, o nativismo seria objeto de ataques ferozes por parte dos defensores da opressão colonial, que o acusariam de nativismo rubro, ou seja, racismo antibranco, o que Alfredo Margarido contesta, caracterizando-o como forma acabada do racismo antirracista que Sartre teorizaria no célebre prefácio (“Orfeu negro”) que, em 1948,

## Contributo nativista para a emancipação nacional de Cabo Verde entre finais do século XIX e meados do século XX: Alcance e limites

escreveria para a edição da *Antologia da Nova Poesia Africana e Malgache* organizada por Léopold Senghor. Ou seja, o que estava efetivamente em causa não era um racismo antibranco, mas sim a denúncia do racismo dos brancos (Sartre, 1971, pp. 208-209; Guimarães, 2012, pp. 454-455).

O que, pelo seu lado, Pedro Monteiro Cardoso não hesitaria em fazer, utilizando a rubrica, “A Manduco”, na *Voz de Cabo Verde*, para denunciar a opressão colonial e racial exercida pelos colonizadores e seus agentes no arquipélago e exortar os cabo-verdianos a combater pela sua libertação. Intervenção que levaria o jornal pró-governamental, *O Progresso*, a desencadear contra ele uma campanha feroz, acusando-o de identificar o nativismo com o “sacudir da albarda portuguesa”, numa crónica que, sob o título, «Portugal e a Alemanha», publicara na edição de 5 de agosto, de 1912, da *Voz de Cabo Verde*.

Na realidade, interpelado acerca das vantagens que para Cabo Verde supostamente resultariam se deixasse de estar sujeito à dominação portuguesa e passasse a depender colonialmente da Alemanha, ou seja, de uma metrópole poderosa e mais desenvolvida, Pedro Monteiro Cardoso não hesitaria em responder nessa crónica que, em tais circunstâncias, optaria pela “albarda” portuguesa, “que é leve e macia, e com dois respingos, se pode atirar fora” (Afro, 1912, pp. 2-3). Postura com que não hesitaria em reafirmar a sua rejeição de qualquer forma de opressão colonial, que manteria ao longo da vida, mesmo na vigência da ditadura instaurada em 1926, aproveitando todas as oportunidades para denunciar as suas arbitrariedades e defender a identidade e os direitos dos cabo-verdianos, em particular a sua língua, o crioulo (Cardoso, 1933, p. 2; Cardoso, 1983; Guimarães, 2012, pp. 465-489.).

Por outro lado, fazendo igualmente transparecer a sua dupla vinculação aos valores portugueses e cabo-verdianos, Eugénio Tavares, poeta e jornalista nativista como Pedro Monteiro Cardoso, não hesitaria em defender a sua terra contra as ameaças de alienação que sobre ela pendiam, o que o levaria a escrever em 1900, no jornal, *A Alvorada*, que publicaria em New Bedford durante o seu exílio nos Estados Unidos, que “a África portuguesa não quer que Portugal a dê de presente aos estrangeiros. Portugueses - irmãos, sim; portugueses - escravos, nunca. Havemos de ter o nosso Monroe: A África para os Africanos!” (Tavares, 1900a, pp. 1-2).

Insurgindo-se contra a anunciada venda das colónias, defendida desde o século XIX em diversos meios políticos e económicos metropolitanos, a ponto de refletir-se no romance de Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires* (Guimarães, 2012, p. 373; Queirós, 1983, p. 307), Eugénio Tavares não deixaria de invocar o carácter português

das possessões africanas, assim como dos seus habitantes e, em particular, dos cabo-verdianos, desde que equiparados aos restantes cidadãos de Portugal, rejeitando a sua redução à condição de escravos que os colonizadores pudessem livremente alienar como se de mercadorias se tratassem, contra o que reivindicaria a reapropriação da África pelos africanos. Ou seja, a rotura com Portugal deveria ter lugar se a metrópole optasse pela concretização da venda de Cabo Verde, expressão última do processo de reificação dos naturais do arquipélago decorrente do domínio colonial português.

Por sua vez, também se ergueria contra a venda das colónias outro grande jornalista nativista, Luís Loff de Vasconcelos, fundador da *Revista de Cabo Verde* em 1899, primeiro periódico nativista cabo-verdiano de relevo (Guimarães, 2012, pp. 359-367), que, sentindo-se profundamente ferido no seu duplo patriotismo de português e de africano com tal projeto, defenderia o abandono do arquipélago por Portugal se prevalecesse o entendimento de que este representava uma sobrecarga para o tesouro da metrópole (Vasconcelos, 1900, pp. 1-34).

No entanto, a sua indelével vinculação aos valores portugueses não impediria Pedro Monteiro Cardoso, Eugénio Tavares e Luís Loff de Vasconcelos de defenderem os direitos dos cabo-verdianos e a sua identidade cultural própria, sempre que eram ameaçados pela política de dominação colonial.

Comprovam-no o seu combate pela defesa das condições de desenvolvimento socioeconómico do arquipélago e do seu povo, como a reabilitação do Porto Grande de S. Vicente e a indissociável autonomização administrativa do grupo de ilhas em que este se inseria, advogando a mudança da capital da colónia da Praia para o Mindelo, em função da sua proeminência estratégica no cruzamento das rotas intercontinentais atlânticas (Guimarães, 2012, pp. 370-371), ou a implementação de uma rede escolar que integrasse um liceu, requisito fundamental da viabilização da instrução e educação da população das ilhas (Vasconcelos, 1899, pp. 11-12), a par da defesa da sua própria língua (crioulo), enquanto idioma distinto do português e suporte incontornável da sua identidade (Tavares, 1924, p. 1).

O que não pode ser dissociado da sua luta pela dignificação das condições materiais de existência dos cabo-verdianos, sistematicamente flagelados pelas graves crises de seca e de fome que periodicamente assolavam Cabo Verde, fazendo-os perecer aos milhares, a maioria das vezes sem qualquer socorro por parte do poder colonial (Vasconcelos, 1903; Barcelos, 1904). A denúncia deste abandono, assim como da sua utilização cínica pelas autoridades portuguesas como meio de angariação de contratados famintos para as roças de cacau e café de São Tomé e Príncipe, com condições

## Contributo nativista para a emancipação nacional de Cabo Verde entre finais do século XIX e meados do século XX: Alcance e limites

de trabalho praticamente idênticas às da escravatura – a par da defesa do direito da população cabo-verdiana emigrar para os destinos que melhores condições de vida ofereciam a quem os demandava, como aconteceria com os Estados Unidos desde finais do século XIX (Guimarães, 2008, pp. VIII-XVII; Guimarães, 2012, pp. 424-431; Tavares, 1912, p. 1; Tavares, 1999, pp. 227-233) – constituiria uma das mais importantes frentes de combate anticolonial daqueles e de outros intelectuais nativistas.

Combate no decurso do qual se ergueriam contra as diversas tentativas de instauração do regime do indigenato no arquipélago, durante a I República e na vigência do Estado Novo (Guimarães, 2002, pp. 87-121; Guimarães, 2012, pp. 447-448; Tavares, 1915, p. 1; Vasconcelos, 1918c, p. 2). O que se justificava, uma vez que, entre 1926 e 1961, a aplicação deste regime excluiria legalmente a esmagadora maioria das populações africanas de Angola e Moçambique (e da Guiné a partir de 1929) da cidadania portuguesa, privando-as dos seus direitos fundamentais, inclusive da propriedade sobre as suas terras, reduzindo-as à condição marginal de *indígenas*, em nome da sua alegada inferioridade racial em face do colonizador europeu (Guimarães, 2012, pp. 29-31).

No combate contra a ameaça da sua extensão a Cabo Verde destacar-se-ia Eugénio Tavares, que não hesitaria em defender, uma vez mais, a rotura dos cabo-verdianos com Portugal, através do abandono do arquipélago, se o projeto de Carta Orgânica persistisse em implementar o indigenato, (o que nunca aconteceria, apesar da aprovação da legislação e das condições de trabalho degradantes suportadas por todos os contratados nas roças de S. Tomé Príncipe independentemente da sua colónia de origem), escrevendo na edição da *Voz de Cabo Verde*, de 15 de março de 1915, que no dia em que os cabo-verdianos viessem a ser considerados *indígenas*, “nesse dia os caboverdianos com dignidade abandonariam de vez as suas ilhas, indo fixar-se em qualquer país onde nada lhes lembrasse a desgraça e a vergonha de terem sido párias na sua própria terra” (Tavares, 1915, p. 1; Guimarães, 2012, p. 448).

Por sua vez, a esperança e as ilusões depositadas na República revolucionariamente implantada em 5 de Outubro de 1910 – apesar da capitalização efetiva das condições de relativa liberdade dos primeiros tempos do novo regime em prol do desenvolvimento do combate dos nativistas, indissociável dos esforços efémeros de implantação das bases de uma administração republicana por parte do governador Marinha de Campos, prontamente demitido e preso sob a acusação de nativismo (Guimarães, 2012, pp. 409-421) – não poderiam deixar de contribuir para reforçar o peso dos valores portugueses, antes da desilusão amarga e do desânimo provocados

pelo agravamento cada vez mais acentuado da opressão colonial levada a cabo pelo regime republicano. Agravamento que o envolvimento de Portugal na Grande Guerra e, sobretudo, o advento da repressão sidonista não poderiam deixar de evidenciar (nomeadamente através da suspensão da *Voz de Cabo Verde* entre agosto de 1918 e março de 1919, cuja republicação de pouco precedeu o encerramento definitivo do jornal (Ferro, 1919, p. 1; Guimarães, 2012, pp. 495-501), antecipando o seu endurecimento irreversível resultante da implantação da ditadura após o golpe de estado de 28 de maio de 1926 (Guimarães, 2012, pp. 495-525).

Transformação que Luís Loff de Vasconcelos pressentiria, desiludido com a evolução política de Cabo Verde, à medida que a República reforçava o seu curso opressivo, conduzindo o arquipélago a uma situação para a qual não via saída. Na verdade, este clima levá-lo-ia a aproveitar as últimas edições da *Voz de Cabo Verde* para nelas publicar uma série de artigos em que se esforçaria por delimitar o alcance e a importância real do nativismo, reduzindo-o a um mero exclusivismo regionalista, ao mesmo tempo que defenderia a colaboração política e administrativa dos cabo-verdianos com os europeus estabelecidos e identificados com Cabo Verde, que, do seu ponto de vista, deixara há muito de ser uma colónia, constituindo parte integrante de Portugal, como acontecia com os Açores e a Madeira (Guimarães, 2012, p. 384; Vasconcelos, 1918a, p. 1). Deste modo, Luís Loff de Vasconcelos recusaria identificar o nativismo com o ódio de raça dirigido contra os portugueses metropolitanos, defendendo que tinham sido estes que lhes tinham dado a nação e a ciência que os cabo-verdianos transmitiam aos seus filhos, assim como aos filhos dos seus educadores (Guimarães, 2012, pp. 384-385; Vasconcelos, 1918a, p. 1). Procurando justificar a sua postura, recordaria a origem brasileira do nativismo, identificando-o como uma forma política dos autóctones da antiga colónia sul-americana de Portugal reivindicarem os seus direitos contra estrangeiros, concluindo que tinha sido atribuído um sentido moral e político falso ao nativismo cabo-verdiano ao caracterizá-lo como ódio de raça e como manifestação de rebeldia (Guimarães, 2012, pp. 384-385; Vasconcelos, 1918b, p. 1). De onde podemos concluir que Luís Loff de Vasconcelos optara por sair do campo perigoso do nativismo antiportuguês, antibranco e anticolonial, incentivando os cabo-verdianos a desistir de retaliações estéreis e a trabalhar para se valorizarem como portugueses úteis e instrumentos proveitosos do progresso nacional e regional. Deste modo, Loff de Vasconcelos acabaria por limitar o horizonte das aspirações dos seus conterrâneos à autonomia, enquanto “solução” descentralizadora para os problemas de administração do arquipélago, há muito reivindicada pelos nativistas

mais “moderados”, como José Lopes, cujo regozijo eufórico com a aprovação da autonomia administrativa das colónias pela Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas, revelava uma ingenuidade política que o impedia (e aos que partilhavam o seu ponto de vista) de se aperceber dos limites da descentralização político-administrativa que a metrópole colonizadora estava em condições de tolerar (Guimarães, 2012, p. 385; Lopes, 1914, pp. 2-3; Margarido, 1983, p. LI). Ingenuidade que contrastava com o recuo prudente de Luís Loff de Vasconcelos relativamente à sua antiga postura nativista radical, revelando um duplo sentimento de desmoralização e de lucidez que, no fundo, constituía um sinal inequívoco da clara decadência do nativismo e do descrédito do regime republicano, à medida que este intensificava a exploração e a opressão colonial, ao ponto de tentar instaurar o indigenato em Cabo Verde, como pudemos constatar (Guimarães, 2012, p. 385).

### **OBSTÁCULOS POLÍTICOS À GERAÇÃO DE UM MOVIMENTO INDEPENDENTISTA PELO NATIVISMO**

Mas o abandono da sua orientação nativista radical decorria também da consciência aguda que Luís Loff de Vasconcelos tinha do isolamento político dos que pensavam poder contrariar esta tendência, recorrendo à mobilização solidária internacional dos socialistas, como assinalaria em fevereiro de 1918, na *Voz de Cabo Verde*, ao afirmar que o encarniçamento da guerra mundial em curso se devia à intensidade da luta pela expansão económica e política dos seus protagonistas, concluindo que “a confraternização dos povos pelo socialismo internacional, não era mais do que uma doce e grande ilusão” (Guimarães, 2012, pp. 385-386; Vasconcelos, 1918b, p.1).

Na verdade, perante a deflagração da I Guerra Mundial, em 1914, a maioria dos partidos socialistas filiados na II Internacional abandonaria a política internacionalista de mobilização solidária dos trabalhadores das diversas nações contra o capitalismo e a guerra, em benefício da sua subordinação à defesa nacional, aprovando os orçamentos militares dos estados-maiores dos seus países de origem, orientação chauvinista pró-imperialista que, durante muito tempo, inviabilizaria qualquer hipótese de intervenção socialista internacional coordenada (Lénine, 1973, pp. 207-266). Obstáculo que nem a fundação da Internacional Comunista, em 1919, na sequência da vitória da revolução russa de 1917, estaria em condições de superar, dada a imaturidade e a débil influência da esmagadora maioria das suas secções nacionais

(partidos comunistas) no movimento operário dos respetivos países durante os seus primeiros anos de vida, curto período que precederia a subordinação crescente desta organização mundial à defesa exclusiva dos interesses políticos e diplomáticos da oligarquia da União Soviética, após a subida de Staline ao poder, em 1922-1923, o que acabaria por incapacitá-la definitivamente para levar a cabo qualquer tipo de ação revolucionária e anticolonial (Guimarães, 2012, pp. 107-213).

Por outro lado, apesar da importância do seu contributo para a luta de libertação dos africanos e dos afrodescendentes de todo o mundo, a intervenção do pan-africanismo só viria a ter um impacto importante na opinião pública a partir do seu V Congresso, realizado em Manchester em 1945, para cujo êxito pôde tirar largamente partido da mobilização para o congresso da Federação Sindical Mundial, reunido em Londres poucas semanas antes. Deste modo, o congresso pan-africano de Manchester viria a revestir-se de um caráter não elitista e muito mais representativo do que os anteriores, realizados entre 1919 e 1927 (Guimarães, 2012, pp. 258-318). Tanto mais que os seus trabalhos se viriam a desenrolar no momento em que a II Guerra Mundial chegava ao fim e as principais potências coloniais, por ela esgotadas e exangues, confrontavam-se com uma vaga revolucionária libertadora imparável em muitos dos seus domínios, de que a breve trecho resultaria a independência da maioria das colónias asiáticas. Mas, apesar destas condições excecionalmente favoráveis para o sucesso da luta anticolonial, a sujeição do pan-africanismo à ordem do pós-guerra (incluindo a preservação dos impérios coloniais), consagrada nos princípios fundadores e na atuação da Organização das Nações Unidas, limitaria, à partida, o alcance e a eficácia da sua intervenção (Guimarães, 2012, pp. 316-318).

Inevitavelmente, as consequências destas barreiras políticas também fariam sentir-se em Cabo Verde, inserido no espaço político colonial português, que, por sua vez, não estava isolado do mundo por uma qualquer muralha da China.

Com efeito, a despeito das convicções socialistas de diversos intelectuais nativistas, como Pedro Monteiro Cardoso e, de forma aparentemente menos radical, Eugénio Tavares, o Partido Socialista Português, filiado na II Internacional antes referida, era adepto confesso da modernização da política colonial e da preservação dos territórios sob dominação portuguesa e, por conseguinte, hostil a qualquer proposta política que a questionasse, opondo-se à independência das colónias. De facto, a direção do Partido Socialista Português – em que Pedro Monteiro Cardoso militava – apoiaria expressamente a intervenção de Portugal na Grande Guerra de 1914-1918 do lado da Entente e a defesa do império colonial português, fazendo representar-se

na II Conferência Socialista Interaliada de Londres, em agosto de 1917, apesar do impacto da propaganda contra a guerra desenvolvida por uma tendência socialista que animava o jornal, *A Voz do Povo*, no Porto, ação que chegaria a ser louvada pelos anarquistas antimilitaristas e antibelicistas (Guimarães, 2012, pp. 445-446, 528-529).

Por sua vez, se o movimento anarquista e anarcossindicalista adotou, durante algum tempo, posições claramente anticolonialistas, defendendo a independência incondicional das colónias sob domínio português e a organização sindical autónoma dos seus trabalhadores, viria a abandonar esta postura a partir de 1925, quando a direção da confederação sindical anarcossindicalista portuguesa passou a defender a organização preferencial dos trabalhadores europeus das colónias, admitindo, embora, que nela pudessem ingressar trabalhadores africanos selecionados, continuando, no entanto, a excluir a maioria dos autóctones, que considerava incapaz de combater a opressão e a exploração colonial devido à ignorância e à corrupção que a dominavam (Guimarães, 2012, p. 530). Retrocesso de pendor inequivocamente colonialista, que não pouparia o movimento anarquista de sofrer rudes golpes sob o sidonismo, aquando da derrota da greve geral de 1918 e, sobretudo, em 1934, em que a organização libertária viria a ser completamente desmantelada pela ditadura salazarista na sequência da repressão da greve geral de 18 de janeiro desse ano (Guimarães, 2012, pp. 530-531; Telo, 1977, pp. 195-219).

Finalmente, ao debruçarmo-nos sobre a política colonial do Partido Comunista Português (PCP), para além da ausência quase total de referências a organizações africanas de resistência anticolonial ou de projetos destinados à sua construção (Guimarães, 2012, p. 530; Manyá, 2004, p. 121), podemos constatar que, no início da sua existência, a sua orientação oscilava entre a proclamação propagandística da intenção de promover a libertação plena dos povos indígenas das colónias (PCP, 1921a, p. 4) e, por outro lado, a defesa da venda dos territórios coloniais cujas populações não pudessem ser preparadas para se emancipar pelo estado português por falta de recursos financeiros (PCP, 1923, p. 3), passando pela apologia da sua implantação nas colónias (PCP, 1921b, p. 3). No entanto, nem mesmo a remoção da inaceitável proposta de venda de algumas colónias do projeto de programa a submeter ao I Congresso do partido, em 1923, imposta pelo delegado da Internacional Comunista, (Margarido, 1975, p. 91), permitiria que o PCP imprimisse à sua política uma orientação anticolonialista.

Com efeito, ao pronunciar-se sobre a questão negra, em 1924, o PCP consideraria que, apesar da 8.<sup>a</sup> condição de admissão de partidos à Internacional Comunista exigir aos candidatos que apoiassem os movimentos separatistas das colónias domi-

nadas pelos seus países de origem (Guimarães, 2012, p. 125), no caso das possessões portuguesas de África isso só aproveitaria às burguesias de várias cores que então as exploravam, devido à incultura das massas negras, de onde concluiria que ainda não chegara a hora de propor a formação de movimentos separatistas nacionais.

Em vez disso, o PCP defenderia a necessidade de submeter à sua influência o proletariado europeu que trabalhava nas colónias, fazendo-lhe “nascer um sentimento de fraternal amor por essa pretalhada ignara, que ele tantas vezes ajuda a explorar por conta do patrão comum” (PCP, 1924, p. 1).

Recorrendo a uma linguagem abertamente racista e paternalista, o PCP opor-se-ia ao direito inquestionável dos colonizados sacudirem a opressão portuguesa, ao mesmo tempo que defenderia a sua implantação exclusivamente entre os trabalhadores brancos, incumbindo-os de atrair paternalisticamente a simpatia das massas africanas (apeladas de *pretalhada ignara*), que, alegadamente, ajudavam o patrão comum a explorar.

Por conseguinte, não seria de estranhar que, no projeto de constituição proposto no âmbito da sua candidatura às eleições legislativas de 1925, o PCP advogasse a concessão da independência apenas «às províncias ultramarinas de Macau, Timor e Índia portuguesa», mantendo as colónias de maiores recursos e estrategicamente mais importantes (Angola, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe) sob soberania portuguesa, territórios a que equacionaria estender as instituições da República Socialista dos Sovietes de Portugal que projetava implantar (Guimarães, 2012, p. 532). Projeto inequivocamente colonialista e, nessa medida, de natureza idêntica à da proposta de venda de colónias que o PCP pretendia inscrever no programa a submeter ao seu I Congresso, refletindo a perenidade de uma orientação muito em voga em Portugal desde as últimas décadas do século XIX, como assinalámos antes.

Por sua vez, a defesa da constituição de frações comunistas nas organizações autonomistas que nelas existissem, que constava da proposta apresentada pela direção ao II Congresso, em maio de 1926 (Guimarães, 2012, p. 533), decorreria do incentivo à construção de partidos operários-camponeses, refletindo uma tentativa de adaptação à realidade colonial portuguesa da orientação então perfilhada pela direção da Internacional Comunista, com base na experiência da sua intervenção na China, entre 1925 e 1927, no decurso da qual obrigaria o Partido Comunista daquele país a ingressar e a dissolver-se no partido nacionalista GUOMINDANG, processo de diluição política de que resultaria a derrota da revolução chinesa então em curso (Guimarães, 2012, pp. 144-155).

## **Contributo nativista para a emancipação nacional de Cabo Verde entre finais do século XIX e meados do século XX: Alcance e limites**

Do mesmo modo que a aparente viragem à esquerda decorrente do reconhecimento do direito de todas as nações, sem distinção de raça, a dispor do seu destino, inclusive o direito a separar-se das que as oprimiam, formando estados independentes, defendido entre 1931 e 1934 (Guimarães, 2012, pp. 533-534; PCP, 1931, p. 5; PCP, 1934, p. 6), não passaria de uma atitude propagandística, através da qual o PCP tentaria aplicar a orientação aprovada, em 1928, pelo VI Congresso Mundial da Internacional Comunista, cujas proclamações de fé revolucionárias apenas procurariam legitimar uma política ultraesquerdista, sectária e, como tal, inviabilizadora de qualquer aliança do(s) partido(s) comunista(s) com as organizações nacionalistas que pudessem surgir nas colónias, impedindo a formação de uma frente única anti-imperialista e acabando por comprometer a eficácia da sua intervenção anticolonial, em particular no espaço político português, dada a limitadíssima influência de que nele dispunham os comunistas (Guimarães, 2012, pp. 155-161).

No entanto, a partir de 1935 o PCP opor-se-ia frontalmente à independência das colónias, em consonância com a reorientação política da Internacional Comunista na sequência da assinatura do pacto franco-soviético (PCP, 1935a, p.2; PCP, 1935b, p. 5). Na realidade, perante a ameaça da expansão militar da Alemanha nazi (concretizada através da invasão da URSS durante a II Guerra Mundial), que era agravada pelo isolamento a que se encontrava confinada, devido às sucessivas derrotas de movimentos revolucionários para que contribuía através da sua influência decisiva na Internacional Comunista, a oligarquia soviética aproximar-se-ia da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos, passando a apoiar a política de segurança coletiva da Sociedade das Nações (nela ingressando em 1934) e a subscrever o pacto de assistência político-militar com o governo francês (Pacto Staline - Laval), em maio de 1935. De onde resultaria a aprovação soviética da política de defesa nacional da França e o concomitante alinhamento da Internacional Comunista por esta nova orientação defensista, ao arrepio da tradição internacionalista e antimilitarista leninista, o que confirmaria a sua morte como organização revolucionária e a sua transformação definitiva em apêndice político e diplomático da oligarquia do Kremlin (Guimarães, 2012, pp. 170 -172).

Mudança substancial que, à semelhança do Partido Comunista Francês, levaria o PCP a deixar de combater a política colonial da França e de todos países cujos governos participassem na unidade antifascista, que o VII Congresso da Internacional Comunista promoveria a partir de agosto de 1935. Nesta linha de orientação, o PCP defenderia as colónias portuguesas contra os alegados riscos da sua anexação pela

Alemanha nazi, que, do seu ponto de vista, poderiam vir a concretizar-se se a Inglaterra procurasse apaziguar os apetites dos imperialismos alemão e italiano através da partilha daqueles territórios (de cuja exploração sempre fora a principal beneficiária), de forma a “evitar uma nova guerra de onde o seu imperialismo sairia muito abalado, pela emancipação de alguns povos coloniais, como por exemplo a África do Sul, a Austrália e a Índia” (PCP, 1935c, p. 1).

Defesa das colónias que, por sua vez, o programa da frente popular antifascista, constituída por iniciativa do PCP, justificaria, invocando a missão civilizadora de Portugal, como sempre tinha sido advogada pelos meios colonialistas portugueses, sob o pretexto de auxiliar os povos “atrasados”, de modo a fazê-los progredir e participar na vida internacional, até à independência, ao mesmo tempo que condenaria formalmente a política do imperialismo colonial, espírito segundo o qual os seus apologistas entendiam que deveria ser orientada a administração das “províncias ultramarinas, parte integrante e inviolável da Nação Portuguesa” (Manta, 1976, p. 64).

De resto, a política de unidade nacional antifascista, que levaria o PCP a não reconhecer o direito das colónias portuguesas à independência, invocando a comunhão de interesses entre os seus habitantes autóctones e os trabalhadores portugueses, nomeadamente o derrubamento do regime fascista, seria prosseguida ao longo da II Guerra Mundial (PCP, 1942, p. 4). O que permite compreender que, no relatório apresentado ao III Congresso do PCP, em 1943, Álvaro Cunhal declarasse que não se tratava de conceder uma independência de que os povos das colónias portuguesas não seriam capazes de beneficiar, uma vez que, no contexto em que então se vivia, “essa concessão representaria que as colónias portuguesas tombariam sob domínio de outro imperialismo” (Cunhal, 2007a, p. 185).

Nesta linha, o IV Congresso do partido, em 1946, omitiria qualquer referência à independência das colónias, limitando-se a defender a subida do nível de vida e de cultura dos povos colonizados por Portugal, o que, do seu ponto de vista, concretizaria a ajuda fraterna do povo português àquelas populações oprimidas, de acordo com o interesse nacional (Cunhal, 2007b, p. 465).

Na verdade, só em 1957, depois da readaptação da política soviética às exigências do crescimento exponencial da luta anticolonial na Ásia e em África – operada no ano anterior pelo XX Congresso do Partido Comunista da URSS – teria lugar uma viragem na atitude do Partido Comunista Português face à emancipação das colónias, passando a reconhecer-lhes formalmente o direito incondicional à autodeterminação e à independência, com base no relatório apresentado por Jaime Serra ao seu V Congresso.

## **Contributo nativista para a emancipação nacional de Cabo Verde entre finais do século XIX e meados do século XX: Alcance e limites**

Com efeito, o V Congresso do PCP consideraria que estavam então criadas as condições para a conquista da liberdade e da independência por parte dos povos dominados por Portugal, independentemente das transformações políticas que pudessem ter lugar na metrópole, pressuposto que o levaria a proclamar “o reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias de África, dominadas por Portugal, à imediata e completa independência” (PCP, 1957).

Mudança da maior importância, ainda que tivesse essencialmente decorrido da necessidade de ajustamento da política do PCP e dos seus tutores soviéticos à crise de dominação colonial do regime salazarista nas vésperas da deflagração das guerras de libertação nacional, que contrastava com a sua anterior recusa em reconhecer o direito dos povos colonizados à independência. O que explica a sua oposição sistemática à formação de partidos comunistas nas colónias, como testemunharia Mário Pinto de Andrade a propósito de Angola, ao relatar a recusa da direção do PCP receber Viriato da Cruz, que fora mandatado para fazer reconhecer o Partido Comunista Angolano, em cuja existência os comunistas portugueses não estavam interessados, por considerarem que o PCA perturbava a ação da sua organização local integrada por pessoas da comunidade europeia, pelo que “Viriato não pôde verdadeiramente discutir a fundação e, muito menos, o reconhecimento de um partido comunista angolano” (Andrade & Messiant, 1999, pp. 209-210).

Com efeito, a oposição do PCP ao reconhecimento do direito dos povos das colónias à autodeterminação só poderia contribuir para bloquear, durante décadas, o desenvolvimento da luta de libertação nacional daqueles povos e atrasar o seu acesso à independência, ao impedir a formação de um movimento anticolonial, no espaço político português, dotado de uma direção política capaz de implementar uma cultura anticolonialista na maioria da população trabalhadora, de forma a subtraí-la à influência chauvinista dos meios colonialistas portugueses e a viabilizar a sua mobilização conjunta com os colonizados contra a perpetuação da opressão colonial (ajudando os oprimidos a dotar-se dos instrumentos de emancipação de que necessitassem).

De facto, pela influência que detinha no movimento operário português, devido ao prestígio decorrente das ligações estreitas mantidas com o Partido Comunista da União Soviética (carregado da auréola da protagonização da revolução de outubro e da resistência ao nazismo na II Guerra Mundial) e ao lugar que ocupou na resistência ao fascismo, o PCP não poderia deixar de ter um papel decisivo na criação de qualquer projeto político anticolonial (Guimarães, 2012, pp. 535-538). No entanto, em vez de desempenhar esse papel, o PCP privilegiou sempre a defesa dos interesses da

oligarquia soviética, ao arrepio das necessidades da luta de emancipação nacional dos povos oprimidos, tal como os partidos comunistas dos restantes países colonizadores (Guimarães, 2012, pp. 140-213, 529-538):

Em tais circunstâncias, privados do apoio do PCP e da restante “oposição” ao regime salazarista, os africanos do espaço político colonial português encarregar-se-iam da sua própria formação política, fundando na residência da antiga militante nativista, Andreza Espírito Santo, na R. Ator Vale, n.º 37, em Lisboa, o Centro de Estudos Africanos, local onde era assegurada a passagem de testemunho entre gerações (Margarido, 1985, pp. 10-11) e, por outro lado, recorrendo à Casa dos Estudantes do Império (Margarido, 1997, pp. 41-44), antes de partirem para o exílio para escapar à repressão das autoridades portuguesas e prepararem o desencadeamento das guerras de libertação com que contribuiriam para a conquista da independência dos seus países (Guimarães, 2012, p. 538).

## CONCLUSÃO

Apesar do seu empenho na luta pela defesa dos interesses dos cabo-verdianos contra o domínio colonial de Portugal, ao ponto de reivindicarem a autonomia e a independência da colónia em circunstâncias de opressão extrema, os intelectuais nativistas do arquipélago nunca conseguiram romper por completo os vínculos aos valores portugueses em que tinham sido formados.

Sujeição que nem mesmo as convicções políticas radicais (socialismo, anarquismo) perfilhadas por alguns conseguiriam ajudar a remover, o que, na falta de perspectivas viáveis e perante o agravamento cada vez mais acentuado da repressão colonial, acabaria por confinar a sua intervenção à defesa da identidade cabo-verdiana, com destaque para a língua crioula, legado cultural precioso que deixariam às gerações que lhes sucederam (claridosos e geração do pós-guerra, da qual emergiriam os protagonistas da luta de libertação nacional durante os anos sessenta e setenta do século XX).

Procurando uma explicação para o não rompimento deste vínculo e para as suas consequências políticas, concluímos que a origem da incapacidade dos nativistas gerarem um movimento anticolonial capaz de conduzir com êxito a luta pela emancipação de Cabo Verde (ultrapassando a dependência dos valores portugueses em que na sua maioria tinham sido formados) residiu, sobretudo, no isolamento político do

## Contributo nativista para a emancipação nacional de Cabo Verde entre finais do século XIX e meados do século XX: Alcance e limites

seu combate, situação a que o pan-africanismo, apesar da sua influência no arquipélago, nunca esteve em condições de dar resposta, tal como viria a acontecer com as principais correntes políticas do movimento operário que intervinham em Portugal. Na realidade, anarquistas, socialistas e comunistas recusaram defender o direito dos povos sob domínio colonial português à autodeterminação e independência até quase às vésperas da deflagração das guerras de libertação nacional (iniciadas em Angola, em 1961), privando os cabo-verdianos, tal como os restantes colonizados, do apoio incontornável de um movimento anticolonial que ajudasse a dirigir e a organizar a luta pela sua emancipação, como tivemos oportunidade de constatar.

### REFERÊNCIAS

- Afro (1911). Réplica ao Exmo. Sr. João de Deus Tavares Homem, *A Voz de Cabo Verde* 19, 1.
- Afro (1912). A manduco...Portugal e Alemanha, *A Voz de Cabo Verde* 51, 2-3.
- Afro (1914a). Unidos, avante, *A Voz de Cabo Verde* 133, 3.
- Afro (1914b). 1.º de Maio, *A Voz de Cabo Verde* 142, 3.
- Afro (1922). Ao Egito, *Correio de África* 41, 3.
- Andrade, M., & Messiant, C. (1999). Sur la première génération du MPLA: 1948 – 1960. Mário de Andrade, entretiens avec Christine Messiant (1982), *Lusotopie* 6, 185-221.
- Araripe Junior, T. A. (1894). *Gregório de Mattos*, Rio de Janeiro: L. P. Barcellos & C<sup>a</sup> Livreiros.
- Baldwin, J. (1965). Notas autobiográficas, In Kenneth S. Lynn (org.), *A sociedade Americana*, 247-252. Rio de Janeiro: Distribuidora Record.
- Barcelos, S. (1904). *Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.

- Cardoso, P. M. (1933). Pelos direitos do crioulo, *O Eco de Cabo Verde* 11, 2.
- Cardoso, P. M. (1983). *Folclore Caboverdiano*. Paris: Solidariedade Caboverdiana.
- Cunhal, A. (2007a). «Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência», *Obras Escolhidas, Tomo I (1935 – 1947)*, 185. Lisboa: Edições Avante!.
- Cunhal, A. (2007b). «O caminho para o derrubamento do fascismo. Informe Político do Comité Central ao IV Congresso do Partido Comunista Português», *Obras Escolhidas, Tomo I (1935 – 1947)*, 465. Lisboa: Edições Avante!.
- Du Bois, W. (1999). *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores.
- Fernandes, G. (2000). *ENTRE A EUROPEIDADE E A AFRICANIDADE. Os marcos da colonização / descolonização no processo de funcionalização identitária em Cabo Verde*, Florianópolis: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.
- Ferreira, A. B. (1986). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Ferro, M. (1919). A Fantástica “Sedição”. Os despachos de pronúncia, *A Voz de Cabo Verde* 367, 1.
- Figueiredo, C. (1949). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Guimarães, J. M. (2002). *A Difusão do Nativismo em África: Cabo Verde e Angola - Séculos XIX e XX* (Dissertação de Mestrado em História de África apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
- Guimarães, J. M. (2006). *A Política “Educativa” do Colonialismo Português em África. Da I República ao Estado Novo (1910 – 1974)*. Porto: PROFEDIÇÕES Lda., *Jornal a Página*.
- Guimarães, J. M. (2008). A importância da emigração na formação do pensamento nativista – nacionalista cabo-verdiano: o caso americano entre finais do século XIX e a segunda década do século XX, *Artiletra* 93/94, VIII-XVII.

**Contributo nativista para a emancipação nacional de Cabo Verde  
entre finais do século XIX e meados do século XX: Alcance e limites**

- Guimarães, J. M. (2012). *Intelectuais africanos no espaço político português: Desenvolvimento da sua intervenção nativista entre finais do século XIX e meados do século XX – O caso de Cabo Verde* (Tese de Doutoramento em História, na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade Aberta).
- Guimarães, J. M. (2013). Luís Loff de Vasconcelos: Do apogeu à decadência do nativismo em Cabo Verde, *Artilheira* 114/115, X.
- Guimarães, J. M. (2016). Herança e memória do Colonialismo, *População e Sociedade* 25, 144-159. Porto: CEPESE.
- Kinder, H., & Hilgemann W. (1968). *Atlas Historique*, Paris: Stock.
- Lénine, V. (1973). La faillite de la IIe Internationale. In Lénine V. (Ed), *Œuvres T. 21*, 207-266. Paris, Moscou: Éditions Sociales, Éditions du Progrès.
- Lopes, J. (1914). A autonomia, *A Voz de Cabo Verde* 162, 2-3.
- Lopes, J. (1928). *Jardim das Hespérides*. Lisboa: Livraria Rodrigues.
- Machado, J. P. (1981). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, Amigos do Livro.
- Manta, L. A. (1976). *A Frente Popular Antifascista em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Manya, J. (2004). *Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale (1921-1974)* (Thèse pour le doctorat en Sciences Politiques, Institut d'Études Politiques de Bordeaux-Centre d'Études d'Afrique Noire da Université de Montesquieu – Bordeaux IV).
- Margarido, A. (1975). *A Introdução do marxismo em Portugal (1850-1930)*, Lisboa: Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores.
- Margarido, A. (1983). A perspetiva histórico-cultural de Pedro Monteiro Cardoso, In Cardoso, P. M. (Ed), *Folclore Caboverdiano*, XXXI-LXXXIII. Paris: Solidariedade Caboverdiana.
- Margarido, A. (1985). A edição pirata da poesia negra de expressão portuguesa falsifica a história da resistência africana, *África Jornal* 33, 10-11.

- Margarido, A. (1997). Uma ilha africana na Duque d'Ávila, *Mensagem, Número especial 1994-1995 (Cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império)*, 41-44. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império.
- Moreno, A. (1954). *Dicionário Complementar da Língua Portuguesa* (6ª Edição). Porto: Editora Educação Nacional.
- PCP (1921a). Partido Comunista Português. Bases orgânicas provisórias, *O Comunista 1*, 4.
- PCP (1921b). Partido Comunista Português. Bases orgânicas provisórias (Continuação), *O Comunista 2*, 4.
- PCP (1923). O Congresso partidário, *O Comunista 5*, 3.
- PCP (1924). A Questão Negra, *O Comunista 21*, 1.
- PCP (1931). A ditadura do proletariado e a expropriação dos expropriadores, *Avante!* 5, 5.
- PCP (1934). Pontos fundamentais do Programa do Governo operário e camponês, *Avante 2*, 6.
- PCP (1935a). A situação internacional e o pacto franco-soviético, *Avante!* 7, 2.
- PCP (1935b). O pacto franco-soviético e a nova onda capitalista contra a URSS, *Avante!* 8, 5.
- PCP (1935c). As nossas colónias, *Avante!* 10, 1.
- PCP (1942). A verdade sobre o império colonial português, *Avante 20*, 4.
- PCP (1957). Sobre o problema das colónias, *Declaração do Vº Congresso do Partido Comunista Português*.
- Queirós, E. (1983). *A Ilustre Casa de Ramires*. Lisboa/S. Paulo: Editorial Verbo.
- Rodrigues, J. H. (1964). *Brasil e África: outro horizonte, 1.º Volume, Relações e contribuições mútuas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, S. A.
- Rodrigues, J. H. (1965). *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Editora Fulgor Limitada.

**Contributo nativista para a emancipação nacional de Cabo Verde  
entre finais do século XIX e meados do século XX: Alcance e limites**

- Sartre, J-P, (1971). Orfeu negro. In J-P. Sartre (ed.) *Situações III*, 201-253. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Silva, A. M. (1954). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência.
- Tavares, E. (1900a). Autonomia, *A Alvorada* 2, 1-2. New Bedford.
- Tavares, E. (1900b). Notícias, *A Alvorada* 2, 4. New Bedford.
- Tavares, E. (1912). Pela imprensa do país, *A Voz de Cabo Verde* 25, 1.
- Tavares, E. (1915). O Projeto da Carta Orgânica da Província de Cabo Verde, *A Voz de Cabo Verde* 187, 1.
- Tavares, E. (1924). Língua de pretos, *O Manduco* 11, 1.
- Tavares, E. (1999). Noli me tangere (Carta a D. Alexandre de Almeida sobre a emigração cabo-verdiana para os Estados Unidos da América), In F. Monteiro (ed.) *Eugénio Tavares: Viagens, Tormentas, Cartas e Postais*, 227-233. Instituto de Promoção Cultural.
- Telo, A. J. (1977). *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: Ulmeiro.
- Vasconcelos, L. L. (1899). A criação de um liceu em Cabo Verde, *Revista de Cabo Verde* 1, 11-12.
- Vasconcelos, L. L. (1900). *A Perdição da Pátria*. Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva.
- Vasconcelos, L. L. (1903). *O Extermínio de Cabo Verde. Pavorosas revelações*, Lisboa: Livraria Editora Guimarães, Libânio & C.<sup>a</sup>.
- Vasconcelos, L. L. (1918a). Entendamo-nos, *A Voz de Cabo Verde* 331, 1.
- Vasconcelos, L. L. (1918b). Entendamo-nos, *A Voz de Cabo Verde* 332, 1.
- Vasconcelos, L. L. (1918c). A vida jurídica de Cabo Verde – A pena de trabalho correcional em Cabo Verde, *A Voz de Cabo Verde* 352, 2.